

NOTÍCIAS DO NORTE: CAMPANHA ABOLICIONISTA EM MANAUS (1884)

Lusirene Celestino França¹

Recebido em: 25/01/2025

Aprovado em: 22/02/2025

Resumo: O presente artigo propõe uma breve análise das experiências engendradas pelos abolicionistas em Manaus durante o período da abolição no Amazonas, em 1884. Utilizaremos como fonte os jornais *O Amazonas* e *O Abolicionista do Amazonas*, focando nas notícias sobre as associações abolicionistas, incluindo aquelas criadas por mulheres na cidade manauara. Nosso objetivo é apresentar como os diferentes sujeitos históricos participaram do debate antiescravista na imprensa do Amazonas e como ocuparam os espaços públicos e os debates políticos em prol do fim da escravidão. Portanto, adotaremos uma abordagem de história social e cultural da escravidão e da imprensa, buscando compreender a pluralidade desse movimento social contra a escravidão e os diversos agentes históricos envolvidos nesse processo.

Palavras-Chave: Sociedade abolicionista; Imprensa; Escravidão; Mulheres; Amazonas.

NEWS FROM THE NORTH: ABOLITIONIST CAMPAIGN IN MANAUS (1884)

Abstract: This article proposes a brief analysis of the experiences engendered by the abolitionists in Manaus during the abolition period in Amazonas in 1884. We will use as sources the newspapers *O Amazonas* and *O Abolicionista do Amazonas*, focusing on news related to abolitionist associations, including those created by women in the city of Manaus. Our objective is to present how different historical subjects participated in the anti-slavery debate in the Amazonas press, and how they occupied public spaces and political debates in favor of the abolition of slavery. Therefore, we will adopt a social and cultural history approach to slavery and the press, aiming to understand the plurality of this social movement against slavery and the various historical agents involved in this process.

Keywords: Abolitionist society; Press; Slavery; Women; Amazonas.

¹Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rey (2010). Doutoranda em História Comparada no PPGHC na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: lusireneufrij@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-3670-9852>.

NOTÍCIAS DEL NORTE: CAMPAÑA ABOLICIONISTA EN MANAOS (1884)

Resumen: Este artículo propone un breve análisis de las experiencias generadas por los abolicionistas en Manaus durante el período de la abolición en Amazonas, en 1884. Utilizaremos como fuente los periódicos *O Amazonas* y *O Abolicionista do Amazonas*, enfocándonos en las noticias sobre las asociaciones abolicionistas, incluidas aquellas creadas por mujeres en la ciudad de Manaus. Nuestro objetivo es presentar cómo los diferentes sujetos históricos participaron en el debate antiesclavista en la prensa de Amazonas, y cómo ocuparon los espacios públicos y los debates políticos a favor del fin de la esclavitud. Por lo tanto, adoptaremos un enfoque de historia social y cultural de la esclavitud y de la prensa, buscando comprender la pluralidad de este movimiento social contra la esclavitud y los diversos agentes históricos involucrados en este proceso.

Palabras-chaves: Sociedad abolicionista; Prensa; Esclavitud, Mujeres, Amazonas.

Introdução

A imprensa teve um papel fundamental na circulação de notícias e na transformação dos espaços públicos durante o período do Império no Brasil,² possibilitando a circulação de ideias, notícias e burburinhos entre as províncias. Assim, podemos afirmar que os impressos diminuíram a distância entre os diversos agentes sociais em um vasto território como o brasileiro. De norte a sul, as informações viajavam pelos vapores, Correios e telégrafos, chegando às cidades provinciais e à Corte, transformando o modo de pensar das pessoas bem como o espaço público e político. Logo, percebendo o poder que a imprensa possuía na formação da opinião pública, os grupos sociais que se identificavam como abolicionistas e emancipacionistas utilizaram os jornais como meios para denunciar as mazelas da escravidão do Brasil e do mundo, angariando novos adeptos à causa antiescravista (Sodré, 1966, p. 268-271).

Os jornais apresentavam uma diversidade de assuntos e informações. Nos editoriais, encontravam-se os principais assuntos que estavam sendo debatidos na sociedade, onde os proprietários dos jornais imprimiam seus pensamentos e posicionamentos políticos. As colunas a pedidos, conhecidas como o *lôcus* do sentimento popular, permitiam que várias pessoas enviassem artigos expressando suas opiniões sobre notícias ou assuntos relativos à política imperial. No entanto, é importante não generalizar essa opinião pública, uma vez que a maioria dos participantes dessas colunas pagava o jornal para publicar suas opiniões e fazia parte da elite letrada.

²Para saber mais sobre o papel da imprensa na formação do espaço público no Império, conferir: Morel, 2005; Gomes, 1999.

Também não podemos nos esquecer dos folhetins, que atraíam a atenção do grande público com histórias acompanhadas diariamente por seus leitores, como apontado por Nelson Sodré (1966):

Ler o folhetim chegou a ser hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Côrte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das **mulheres**. A leitura em voz alta atingia os **analfabetos**, que eram a maioria (Sodré, 1966, p. 279. Grifos nossos).

É preciso destacar, como apontam Mariana Barros e Marco Morel, que somente na segunda metade do século XIX aumentou o número de mulheres alfabetizadas e os escritores passaram a escrever mais contos e romances para agradar a esse público. Além disso, a atuação das mulheres na vida literária durante o Império no Brasil foi um processo lento. Quando colaboravam com os periódicos, as mulheres geralmente assinavam com pseudônimos para não escandalizar a sociedade ou sofrer preconceitos (Barros; Morel, 2003, p. 60-61). As primeiras publicações femininas redigidas por mulheres ainda estavam relacionadas ao papel que elas deveriam desempenhar na sociedade. Desta forma, seria somente na segunda metade do século XIX que começariam a aparecer jornais feitos por mulheres, que promoviam um debate político e uma crítica social (Barros; Morel, 2003, p. 60-62).

Segundo Pinheiro, a presença das mulheres do Amazonas na esfera pública, nos debates políticos e na imprensa estaria relacionada a dois principais fatores: ao avanço da instrução feminina em meados do século XIX e à inserção das mulheres nos ofícios relacionados à atividade comercial em Manaus para atender às demandas da economia gomífera (borracha). Esta última atraiu vários empresários estrangeiros e estimulou um grande fluxo migratório para a região (Pinheiro, 2015, p. 295-315).

Imprensa e abolicionismo no Amazonas

À medida que o movimento antiescravista foi avançando na segunda metade do século XIX³, surgiram vários jornais e associações abolicionistas tanto na Corte quanto nas províncias, intensificando os debates sobre a escravidão. No Amazonas não foi diferente. Impulsionados

³A primeira associação emancipacionista do Amazonas, a *Sociedade Emancipadora Amazonense*, foi instalada em Manaus no dia 6 de março de 1870 no Teatro Phenix. Essa associação tinha como objetivo alforriar o maior número possível de escravizados na província, tendo à frente da diretoria Bernadino José de Queiroz e Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, membros da elite política e administrativa do Amazonas (Reis, 1989, p. 234).

pela libertação dos escravizados na província do Ceará, em 25 de março de 1884⁴, diversos jornais e associações abolicionistas foram criados nesse período.

É o caso do jornal *Abolicionista do Amazonas* (1884). Ele possuía quatro páginas destinadas a divulgar os eventos emancipacionistas e as manumissões naquela província do norte. Além disso, apresentava os programas das várias associações abolicionistas que surgiram nesse período, seja a composição de seus sócios masculina, mista ou feminina, como a Amazonenses Libertadoras e o Club Juvenil Emancipador, que eram formados exclusivamente por mulheres.

A princípio, esse periódico foi identificado pela historiografia amazonense como “o primeiro jornal produzido inteiramente por mulheres” de associações abolicionistas femininas de Manaus⁵. É o que observamos no catálogo de jornais *Cem anos de imprensa no Amazonas* (1851-1950), que reafirma que este jornal fora produzido por um grupo de mulheres (Santos *et al.*, 1990, p.20). Todavia, na leitura do primeiro número e das primeiras páginas do *Abolicionista do Amazonas* observamos que se menciona apenas a propriedade de uma associação beneficente, sem fornecer muitos detalhes sobre seus proprietários (*Abolicionista do Amazonas*, 04/05/1884, p.1). No entanto, conseguimos identificar que as associações beneficentes proprietárias desse periódico abolicionista eram a loja maçônica Amazonas e a Libertadora 25 de março (*Abolicionista do Amazonas*, 10/07/1884, p.2; Cf: Reis, 1989, p. 240). Possivelmente, o que levou a historiografia a incorrer nesse equívoco de identificá-lo como feminino se deve ao fato desse periódico ter dado bastante visibilidade às ações das associações abolicionistas femininas.

Assim, por intermédio da imprensa amazonense, observamos que a participação das mulheres deu dinamismo ao movimento abolicionista, não apenas com a criação das associações, mas, sobretudo, elaborando estratégias para libertar os escravizados/as, seja organizando bazares e festas para arrecadação de recursos e mobilizando a sociedade manauara em prol da abolição ou interferindo nos debates políticos no âmbito das práticas culturais nos espaços públicos. Dessa forma, o debate antiescravista não ficou restrito às ações emancipacionistas dos políticos nas assembleias províncias.

⁴Estudo que aborda os impactos da extinção da escravidão no Ceará e suas repercussões na imprensa e na conjuntura política do Império, ver: Ferreira, 2013.

⁵Pinheiro informa que não teve acesso a nenhum exemplar do jornal *Abolicionista do Amazonas* nos acervos locais na época da sua pesquisa sobre a imprensa amazonense e utilizou apenas referências catalográficas (Pinheiro, 2015, p. 300).

Figura 1: Primeiro número do *Abolicionista do Amazonas*

Fonte: *Abolicionista do Amazonas*, 4/05/1884, p. 1.

No dia 4 de maio de 1884, na primeira edição desse periódico, na coluna do editorial foi apresentado um programa informando as diretrizes e objetivos do periódico, que seria de publicação semanal, aos domingos, ou se precisasse, haveria edições extras. As colaborações de artigos para o periódico deveriam ser enviadas ao escritório da tipografia do *Comercio do Amazonas*.

Programa

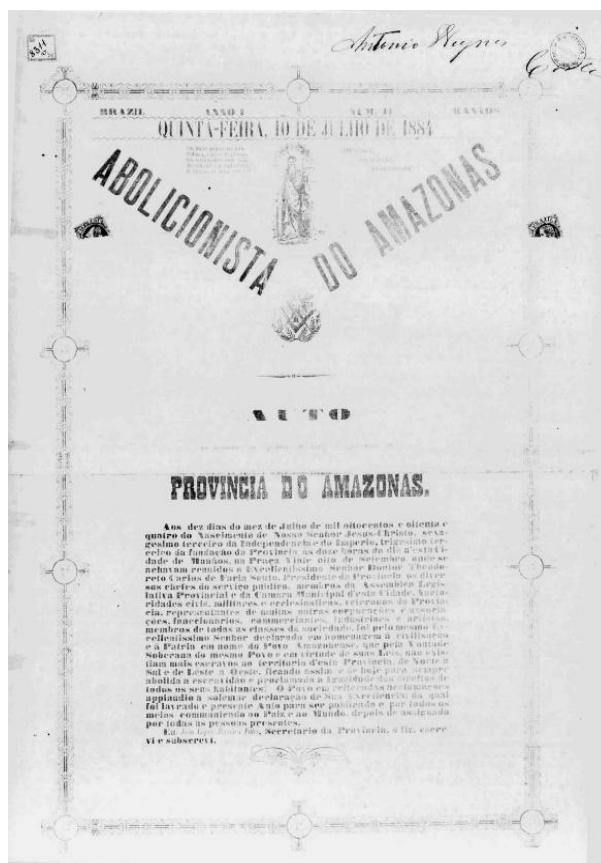
Seguindo a luz da publicidade, este periódico dedicado exclusivamente a fazer propaganda das ideias que se propõem advogar, faz completa **abstenção das questões políticas ou administrativas, que não envolvam com o assunto**. [...] Desconhece completamente os partidos militantes dedicando-se unicamente à causa da abolição do elemento servil, nesta província (*Abolicionista do Amazonas*, 04/05/1884, p. 1. Grifos nossos).

Esse trecho do programa apresentou como principal objetivo dar publicidade aos eventos emancipacionistas e propagar seus ideais. Nesse caso, o periódico não interferiria nos

assuntos políticos e administrativos da província, focando apenas em temas relativos à escravidão. Esse aspecto do programa é interessante; talvez os redatores buscassem não desagradar o presidente da província por ele estar engajado na mesma causa.

No dia 7 de maio, o jornal *Amazonas* noticiou a fundação do *Abolicionista do Amazonas* e destacou sua missão: “consiste em advogar ardente e patrioticamente a ideia da abolição do elemento servil nesta província até o dia 5 de setembro vindouro” (*Amazonas*, 7/05/1884, p.3). Essa data foi escolhida para extinguir a escravidão no Amazonas em homenagem à data de elevação do Amazonas à província. Contudo, o processo emancipacionista foi antecipado e, no dia 10 de julho de 1884, o presidente da província, Theodoro Carlos de Faria Souto, decretou o fim da escravidão no Amazonas. Diversos jornais publicaram edições comemorativas neste dia para comemorar o grande feito, inclusive o *Abolicionista do Amazonas*.

Figura 2: A abolição na província do Amazonas



Fonte: *Abolicionista do Amazonas*, 10/07/1884, p. 1.

Enfim, nesse mesmo dia, na edição comemorativa da abolição do Amazonas, o jornal revelou em tons de despedida o encerramento de sua jornada e quem eram seus mentores:

O Passado Passou!
Levante-se um palácio de luz!

O “Abolicionista do Amazonas” depôs suas armas diante da sua [ilegível]. Órgão de duas grandes associações vivamente empenhadas no vencimento da causa patriótica da abolição, representante das ideias e sentimentos de todos os abolicionistas Amazonenses, o presente semanário julga ter percorrido o périplo de sua luminosa jornada, no momento em que ver esborearem-se as muralhas da Bastilha [ilegível], [...]

Julgamos ter cumprido o nosso dever, e a Loja Amazonas e a Libertadora 25 de Março [ilegível] o direito de retirar da imprensa o seu órgão, porque não solução e nem gemem os [ilegível] do Eito [...] (Abolicionista do Amazonas, 10/07/1884, p. 2).

Neste trecho está elucidado quem eram os proprietários do jornal. Ele pertencia à Loja Amazonas, que era presidida por Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, e a Associação Libertadora 25 de março, que contava com os seguintes membros: Presidente: João Lopes Ferreira Filho; Vice-presidente: Dr. Domingos José Ferreira do Valle; Secretários: Isaac Amaral e Gentil Rodrigues de Souza; Tesoureiro: João Carlos da Silva Jatahy e Advogado: Dr. Almino Alvares Afonso.

Apesar desse periódico ter sido efêmero, com poucas publicações, ele deu visibilidade ao abolicionismo em diversas nuances. Nele foram publicadas notícias denunciando alguns senhores de escravizados que queriam tirar proveito do fundo de emancipação e das associações abolicionistas, exigindo valores exorbitantes pela venda de seus escravizados. No dia 4 de maio de 1884, na coluna “Noticiário”, sob o título “Horror”, houve uma denúncia contra o comendador Francisco de Souza Mesquita, que exigia a alta quantia de um conto e quinhentos mil réis por cada escravizado para conceder-lhes a alforria.

Consta-nos que pela sociedade “Primeiro de Janeiro” foi dirigida uma carta ao sr. Comendador Francisco de Souza Mesquita, pedindo-lhe o preço pelo qual alforriava cada um de seus escravos, e que o dito comendador pedira a insignificante quantia de 1:500\$000!!! Por cada um escravo.

A ser verídica tal notícia, o sr. Mesquita é digno de toda censura, e pedimos providências para que os escravos sejam depositados e avaliados, como é de lei (Abolicionista do Amazonas, 04/05/1884, p. 3).

Conforme apontou Provino Prozza, era muito comum os senhores, donos de escravizados, terem grande interesse em ser contemplados pelas leis emancipacionistas e serem indenizados com o dinheiro dos cofres públicos através do fundo de emancipação. Uma vez que era quase certa a extinção da escravidão na província, conseguir algum dinheiro com as alforrias de seus escravizados consistia em grande vantagem naquele momento (Prozza Neto, 2011, p. 83).

Em 28 de maio de 1884, na seção “À pedidos” do jornal *Amazonas*, destinada ao *Abolicionista do Amazonas*, era enviado um pedido para que o periódico se retratasse em relação a uma denúncia de maus tratos a um escravizado, publicada em suas páginas:

Em seu n. 1 de domingo último, sob a epígrafe – Martírio – vem a ilustrada redação desse órgão abolicionista acusando desmedidamente ao nosso digno amigo e parente o Sr. Capitão Claudio Correa da Costa de Badajoz.

Iludida, por informações de este tão miseráveis que não trepidam em lançar mão de qualquer meio para assim menoscabar a honra e a reputação de um homem [...], essa ilustrada redação taxando-o de esbirro inquisitorial e bárbaro, pelos atos por si praticados, segundo lhe afirmam contra um seu escravo de nome Romualdo, a quem mandava vestir-se com roupa de mulher e fazendo-o em seguida passear. [...]

O que ignora a ilustrada redação do “Abolicionista do Amazonas” e esse miserável informante **é que o escravo já se acha livre há muito, devido ao bondoso e abolicionista coração do bárbaro** capitão Claudio, *esbirro inquisitorial* de Badajoz!!!

Esse escravo ainda não se acha de posse da carta de liberdade porque espera o honrado capitão Claudio realizar brevemente o enlace de uma das suas idolatradas filhas, para neste dia dar o título de cidadão livre a um ente que teve a infelicidade de nascer envolto nas negras fachas da escravidão (Amazonas, 28/05/1884, p. 3. Grifos nossos).

Essa eloquente defesa do capitão Claudio partiu de Fábio de Mello Bacury, que decerto era um amigo do capitão. Porém, o que chama a atenção nessa história é que o principal personagem, o escravizado Romualdo, é tratado com desprezo pelo interlocutor do capitão Claudio Correa. Já o proprietário de escravizados é retratado como a vítima, sendo acusado injustamente pelos redatores do jornal, que teriam cometido a calúnia de chamá-lo de bárbaro por ter maltratado seus serviçais. Além disso, outro fato bastante relevante nessa história é que as alforrias eram muitas das vezes negociadas e condicionadas causando uma “confusão” na percepção dos próprios escravizados quanto seu *status* de liberdade, uma vez que, segundo as informações do artigo, ele estaria “livre” aguardando a carta de liberdade na ocasião do casamento da filha do seu senhor. No entanto, ele continuava sendo tratado e chamado de “escravo” por todos.

No dia 18 de maio, uma notícia já alertava para uma estratégia dos escravocratas que recebiam indenizações dos fundos das associações abolicionistas e continuavam escravizando os libertados. Com o título “Libertação de Escravos e Locação de Serviços”, essa breve notícia revela o quão difícil era a conquista da liberdade pelos escravizados. Mesmo pagando por suas alforrias, eles corriam constantemente o risco de serem reescravizados pelos seus antigos senhores, que usavam diversas manobras para manter o domínio sobre eles.

Consta-nos que ultimamente alguns senhores que têm libertado escravos mediante indenização dos valores respectivos, recebidos de algumas comissões, hão feito lavar nos cartórios contratos de locação de serviços escravizando os libertados com pesados ônus.

Chamando a atenção das autoridades, competentes, pedimos providências em ordem a que os senhores tabeliães e escrivães não se prestem a semelhança torpeza.

Como é sabido, algumas cartas de alforria não estão ainda; e os escravos portanto na ignorância de sua nova condição veem-se coactos e facilmente cedem ao que lhe impõem (Amazonas, 18/05/1884, p. 3).

Esses dois exemplos demonstram as dificuldades encontradas pelos libertos do Amazonas para manterem-se livres. Havia proteção aos senhores de escravizados por parte da elite local. Mesmo com denúncias de casos de maus tratos ou reescravização, não existia fiscalização para garantir que as leis fossem cumpridas, tampouco punição para quem realizasse essas manobras ilegais com o intuito de continuar utilizando compulsoriamente os serviços dos libertos. De fato, a imprensa abolicionista desempenhou um papel importante na divulgação das notícias e nas denúncias sobre os problemas que as populações africana e afrodescendentes sofriam no cativeiro. O processo emancipacionista foi repleto de tensões; a liberdade não foi uma dádiva, como os abolicionistas propagavam. Escravizados e libertos sempre lutaram, dentro de suas possibilidades, criando estratégias para conquistar suas cartas de alforrias e tentando, a todo custo, manterem-se livres.

Associações femininas: mulheres em ação

Quando estudamos o movimento abolicionista, é comum pensarmos que se trata de um movimento social contra a escravidão restrito apenas a uma elite intelectual masculina⁶. É possível que isso ocorra porque ainda são poucos os estudos que se debruçaram sobre a atuação das mulheres nesse movimento.

Como a atuação dos abolicionistas ocorria, na maioria das vezes, em espaços públicos, como o debate na imprensa e no parlamento – ou seja, na esfera política e pública –, as mulheres acabaram se tornando personagens invisíveis nesse movimento. Suas ações em prol da abolição da escravidão foram frequentemente interpretadas pela historiografia como simples filantropia ou como iniciativas individuais, sem intenção política. Essa visão está associada ao patriarcalismo, que considera a mulher inferior ao homem na sociedade e atribui papéis pré-determinados às suas ações, baseando-se na suposta “incapacidade” das mulheres de agirem politicamente⁷.

⁶Ver especialmente os estudos recentes sobre abolicionistas na Corte e no Império do Brasil: Santos, 2023; Alonso, 2015. As autoras fizeram um mapeamento das principais associações abolicionistas e jornais que atuaram em prol da abolição no Império na segunda metade do século XIX. Contudo, a participação das mulheres ficou quase invisível em seus trabalhos.

⁷Em relação aos debates sobre os estudos de gênero na historiografia, Ver: Scott, 1991; Pinsky, 2009; Bento, 2022.

Para Margareth Rago, a produção historiográfica sempre deixou as mulheres à margem de temas mais clássicos da historiografia e, quando a presença feminina foi incorporada nos acontecimentos históricos, as narrativas ficavam circunscritas ao universo feminino:

Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravidão, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de *merecerem* uma maior atenção (Rago, 1995, p. 81).

Na historiografia sobre a abolição, poucos trabalhos incluíram as mulheres como agentes históricas ativas nos debates em torno da emancipação. Na pesquisa sobre o movimento abolicionista em Minas Gerais, Fabiana Macena fez uma interessante análise que revela as tensões e conflitos na segunda metade do século XIX em torno das ações dos escravizados em busca de liberdade. Além disso, demonstrou as práticas abolicionistas das mulheres das elites mineiras, expondo a face do abolicionismo em que as mulheres se tornam protagonistas dessa campanha em Minas Gerais (Macena, 2024).

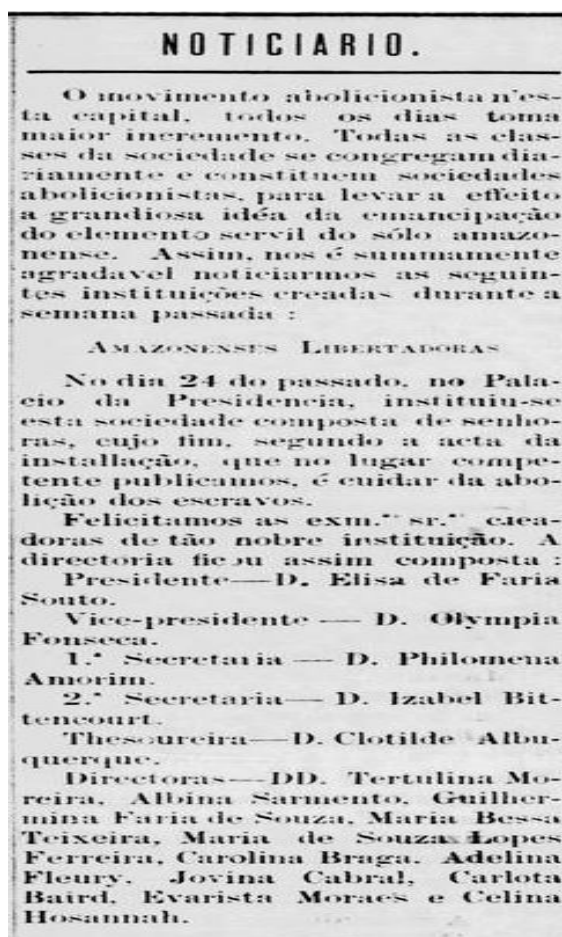
Para considerar a participação feminina nesse contexto histórico da abolição, é fundamental reconhecer que a cultura política não se restringe somente aos debates nos gabinetes dos deputados, senadores e políticos. As práticas culturais, como festas, bazares, peças de teatros, *meetings* e diversas outras manifestações em favor da abolição da escravidão, nas quais as mulheres participaram ativamente no espaço público, também são formas de participação política. Essas práticas foram amplamente noticiadas em vários jornais, evidenciando a diversidade de agentes históricos que contribuíram para essas manifestações.

Com isso, utilizaremos o conceito de cultura política para compreender como os sujeitos históricos, a seu modo, participaram do processo de emancipação da escravidão no Brasil. Conforme notou Angela de Castro Gomes, a definição de cultura política torna-se uma ferramenta importante para os historiadores, pois permite análises e interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos. A categoria traz à cena histórica o movimento de ideias e ações tanto dos grupos dominantes quanto dos dominados, privilegiando suas percepções políticas, vivências e lógicas cognitivas (Gomes, 2005, p. 21-44).

Em Manaus, no dia 24 de abril de 1884, no Palácio do Governo, a associação abolicionista Amazonenses Libertadoras foi instalada sob aplausos de muitos convidados e do presidente da província. A presidente dessa associação era a Dona Elisa de Faria Souto, esposa do presidente da província do Amazonas, o cearense Dr. Theodoro Carlos de Faria Souto. Mas o que havia de diferente nessa sociedade emancipadora? O que ela trazia de novidade para o movimento abolicionista do Amazonas? Qual a intenção dessas mulheres ao se envolverem nesse debate sobre a escravidão e criarem associações abolicionistas?

Essa associação era composta exclusivamente por mulheres da elite manauara. Na ata da Amazonenses Libertadoras, publicada nos jornais de Manaus, o estatuto informava que o objetivo era libertar todos os escravizados do Amazonas o mais rápido possível. Para ser sócia, bastava contribuir com uma joia e a mensalidade que fosse estipulada para o fundo de libertação da associação (Amazonas, 27/04/1884, p.3; Abolicionista do Amazonas, 4/05/1884, p.2).

Figura 3: Criação da Amazonenses Libertadoras



Fonte: Abolicionista do Amazonas, 4/05/1884, p. 2.

Na notícia acima, podemos identificar as participantes da organização administrativa da associação feminina. Na presidência, estava a D. Elisa Souto, esposa do presidente da província; na vice-presidência D. Olympia Fonseca; a 1ª secretária era Philomena Amorim; a 2ª secretária, Izabel Bittencourt (trabalhava na instrução pública como professora adjunta) e a tesoureira era Clotilde Albuquerque. A diretoria era composta por: Tertuliana Moreira (mordoma da Confraria de São Sebastião), Albina Sarmiento, Guilhermina Faria de Souza Lopes Ferreira, Carolina Braga, Adelina Fleury, Jovina Cabral, Carlota Baird (possível esposa de James Baird, gerente de empresa de navegação internacional), Evarista Moraes e Celina Hosannah. Em algumas dessas mulheres conseguimos identificar laços de parentesco com políticos, secretários

do governo, médicos, comerciantes, advogados ou membros de outras associações abolicionistas. Dessa forma, é compreensível o envolvimento delas na esfera pública e no debate político sobre o fim da escravidão, uma vez que a maioria delas já circulava nesses espaços e participava de reuniões políticas e públicas com seus familiares (Almanach [...], 1884; Amazonas, 1882-1884).

Sobre a participação das mulheres na esfera pública e no movimento abolicionista, Angela Alonso ressaltou que a inclusão política de gênero nesse movimento ocorreu através de três vias: pela filantropia, pelos laços de parentesco com abolicionistas e pela atuação “das artistas, escritoras e principalmente cantoras e atrizes, mulheres livres dos impedimentos da família tradicional, que entraram pela porta do teatro” (Alonso, 2011, p. 186-187).

Embora a autora mencione a participação feminina no movimento abolicionista, mapeando algumas associações emancipacionistas femininas no cenário nacional, ela também ressalta a hierarquização desse movimento social, considerando os homens como protagonistas que promoviam a inclusão de mulheres e crianças nos espaços públicos, criando possibilidades de sociabilidade. No entanto, essa visão hierarquizada do movimento abolicionista reproduz estereótipos sobre a atuação feminina nos eventos políticos do Império. Com efeito,

O excessivo destaque dado à figura masculina fez com que a feminina fosse vista a partir de uma ótica “romântica”, ou seja, ao mesmo tempo em que a luta pela escravidão ganhava tons mais fortes por parte dos abolicionistas homens, a mulher representava a doçura, a esperança [...] (Silva; Barreto, 2014, p. 52).

De fato, as mulheres imprimiram formas diferentes de atuação na campanha abolicionista. Conforme argumentou Macena,

Trata-se de tática de atuação política que também pode ser observado nas ações em benefício da liberdade de escravizados, de ambos os sexos, protagonizadas por mulheres. Sua atuação nos abolicionismos revela-nos a dimensão política desde protagonismo, até então ignorado pela historiografia. Há, sem dúvida, um vocabulário próprio, uma linguagem específica para esta ação política, dentre estes a promoção de eventos beneficentes, a organização de festas e saraus, a coleta de doações, a escrita de artigos, poesias e romances e a própria concessão de alforrias (Macena, 2024, p. 156).

A atuação política das mulheres no espaço público não pode se equiparar à atuação masculina, uma vez que elas não tinham o *status* de cidadãs, não podiam votar nem ocupar cargos políticos. Portanto, apesar de algumas mulheres pertencentes à elite terem se engajado politicamente, suas atuações eram, muitas vezes, restritas aos espaços sociais que a sociedade patriarcal permitia. Segundo Bianca Menezes, o abolicionismo representou a entrada das

mulheres na esfera política, ainda que suas ações estivessem relacionadas às sociabilidades típicas do mundo feminino, como doações e recitais. Essas práticas abolicionistas proporcionaram experiências no espaço público e político que iam além do ambiente doméstico e da maternidade (Menezes, 2014, p. 2).

Em 30 de abril de 1884, o jornal *Amazonas* noticiou vários eventos organizados para os meses seguintes pela Amazonenses Libertadoras, como festivais e quermesses, com o objetivo de angariar recursos para o fundo de emancipação. “Em sessão ordinária de 28 do corrente, a sociedade ‘Amazonenses Libertadoras’ resolveu comemorar o dia 24 de maio próximo vindouro com grande festival, no Palácio da Presidência” (Amazonas, 30/04/1884, p.2). Além disso, programaram uma quermesse para a primeira semana do mês de julho. Todos os esforços das mulheres dessa sociedade eram direcionados a arrecadar fundos para libertar os poucos escravizados que ainda restavam na província.⁸ Elas contavam com o apoio de vários jornais que divulgavam suas ações e com o apoio total do presidente da província, Theodoro Souto, que cedia o espaço do Palácio do Governo para reuniões e eventos da associação.

Em maio, no Paço da Câmara Municipal, foi anunciado um congresso abolicionista que se realizou com a presença do Presidente da província e várias corporações, jornais e associações, incluindo a Amazonenses Libertadoras para tratar dos rumos do encaminhamento político da emancipação do Amazonas. Nesta ocasião ficou decidido que no dia 24 de maio seria a data que libertariam todos os escravizados da capital do Amazonas (Amazonas, 16/05/1884, p. 3).

Outra estratégia utilizada pela associação feminina era a participações em comissões junto com outros abolicionistas para convencer os proprietários de escravizados a libertarem seus cativos, mesmo que fosse mediante indenização, utilizando os fundos de emancipação oficiais ou os recursos arrecadados pela associação. Em 9 de maio de 1884, o jornal *Amazonas* noticiou “15 libertações”: “Por intervenção do Sr. João Lopes, presidente da ‘Libertadora’, e de uma comissão das ‘Amazonenses Libertadoras’, realizaram-se 15 manumissões” (Amazonas, 9/05/1884, p. 2). Essas cartas de alforria foram pagas com os fundos de emancipação oficial e das associações. Uma notícia sobre uma alforria de uma escravizada no *Abolicionista do Amazonas* reforçou como funcionava a estratégia desse grupo de mulheres para contribuir com a emancipação na cidade de Manaus:

⁸Segundo dados coletados do Relatório Presidente da Província do Amazonas de 1884, existiam cerca de 1.501 escravizados no Amazonas (Relatório [...], 1884, p. 29).

Por iniciativa da diretoria da sociedade da “Amazonenses libertadoras”, o comendador Francisco Joaquim de Amorim concedeu, no domingo passado, carta de liberdade, sem ônus algum, a sua escrava Praxedes.

O ilustre comendador, por essa ocasião, desistindo ainda do pecúlio de 200\$00 réis em favor da libertanda, elevou-se com toda gentileza a altura, belo conceito, que antecipadamente formara aquela patriótica diretoria. (...) (Abolicionista do Amazonas, 04/05/1884, p. 3).

É importante notar que esse processo de conquista das cartas de alforrias pelos escravizados não era simples. É bastante claro que os escravizados lutaram por sua liberdade acumulando pecúlio para comprá-la. As tensões que envolviam a libertação, mesmo dentro da legalidade, através da compra da alforria, eram permeadas por negociações muitas vezes intermediadas por essas associações emancipacionistas. Conforme pontuou José Maia: “se assim havia alforria, obviamente era porque os escravos haviam optado por esse caminho em busca da liberdade, entregando seus pecúlios”, seja ao Fundo Municipal de Emancipação, às associações emancipadoras e abolicionistas, ou diretamente a seus senhores, correndo o risco de serem lesados (Neto, 2018, p. 273).

Na capital amazonense, surgiram diversas associações e clubes abolicionistas após março de 1884, a maioria criada após a abolição na província do Ceará, em 25 de março daquele ano. Fizemos um levantamento utilizando as informações do *Almanach Administrativo* e dos jornais da época. Como se pode observar, somente a Associação Libertadora Cearense foi criada em 1882 por cearenses que residiam na província do Amazonas.

Quadro 1 - Associações abolicionistas de Manaus-AM (1884)

Sociedades, clubes associações abolicionistas	Composição	Fundação	Reuniões e sede
Libertadora Cearense	Masculina	1882	Não informado
Amazonas Libertadoras	Feminina	1884	Palácio da presidência
Sociedade Abolicionista Primeiro de Janeiro	Mista	1884	Paróquia Nossa Senhora dos Remédios- Manaus
Libertadora 25 de Março	Masculina	1884	Palácio da Presidência
Club Juvenil Emancipador	Feminina	1884	Palácio da presidência
Cruzada Libertadora	Masculina	1884	No Lyceu da Escola Normal
Club Escolar Abolicionista	Alunos das escolas públicas e privadas da capital	1884	Escola do Bairro São Vicente

Fonte: Almanach [...], 1884; Abolicionista do Amazonas, 1884; Amazonas, 1884.

Dentre as associações mencionadas anteriormente, duas eram formadas exclusivamente por mulheres: a Amazonense Libertadora e o Club Juvenil Emancipador, que foi fundado no

dia 1º de maio de 1884, composto por jovens moças de Manaus. A presidente era Olívia Aranha; a vice-presidente, Maria C. Sympson de Amorim; a 1ª secretária, Josephina Moreira; a 2ª secretária, Ângela Câmara; a tesoureira, Othília Sarmento; e a oradora, Othília Ferreira. A solenidade de instalação ocorreu no Palácio do Governo e, na ocasião, foi entregue “a carta de liberdade que o cidadão português Manuel José de Oliveira concedeu, sem ônus algum, à sua escrava Maria do Carmo, de 33 anos de idade e registrada na Alfândega desta capital” (Amazonas, 7/05/1884, p. 3).

No entanto, em 9 de maio, o jornal retificava a notícia sobre a libertação da escravizada Maria do Carmo.

A escrava Maria do Carmo de Manuel José de Oliveira, libertada por ocasião da instalação do Club Juvenil Emancipador, não foi sem ônus como dissemos, mas pela quantia de 400\$000, sendo 145\$000 pelo fundo da sociedade e 255\$000 pelo fundo de emancipação oficial de “abolição amazonense”. A Cezar o que é de Cezar (Amazonas, 09/05/1884, p. 3).

Como vimos, os proprietários de escravizados se aproveitavam dessas solenidades abolicionistas para conseguirem alguma indenização com lucros, pois entendiam que estariam se desfazendo de uma propriedade. Não existia essa benevolência toda como a sociedade tentava demonstrar quando aboliram a escravidão na província amazonense. A maioria das cartas de liberdades era conseguida a partir das indenizações dos fundos de emancipações oficiais, particulares das associações ou dos pecúlios dos próprios escravizados.⁹ Segundo José Maia, as ações dos abolicionistas e emancipadores eram pautadas “dentro do limite do gradualismo e da legalidade”. Dessa forma, eram preferidos escravizados que possuíam pecúlio ou cujas cartas de alforria fossem custeadas por outros (Neto, 2018, p. 273).

Diante do exposto, percebe-se que, embora frequentemente subestimada, a participação das mulheres na luta contra a escravidão em Manaus foi essencial para a abolição. A criação de associações abolicionistas, como a Amazonenses Libertadoras e o Club Juvenil Emancipador, demonstra como essas mulheres, muitas delas ligadas à elite local, mobilizaram-se para advogar a favor da emancipação. Elas utilizaram algumas estratégias que incluíam eventos sociais, arrecadação de fundos e intervenções diretas junto aos proprietários de escravizados, desafiando as normas de uma sociedade patriarcal que limitava sua atuação política.

⁹Para saber mais sobre as alforrias através dos fundos de emancipações privados e municipais, ver especialmente: (Castilho; Cowling, 2013).

Ainda que sua participação estivesse muitas vezes restrita às esferas que a cultura patriarcal permitia, o envolvimento dessas mulheres no debate abolicionista é uma expressão clara de sua agência política e social. A imprensa, por sua vez, desempenhou um papel crucial na divulgação dessas iniciativas, ampliando o alcance das vozes femininas e contribuindo para a formação de uma opinião pública favorável à emancipação.

A trajetória das mulheres abolicionistas em Manaus demonstra como, mesmo em contextos adversos, elas encontraram formas de se organizar e lutar por justiça social, questionando as limitações impostas pelo patriarcado e pela estrutura política da época. Esse movimento não apenas contribuiu para o fim da escravidão, mas também abriu caminhos para a inserção feminina na esfera pública, apesar das restrições legais e sociais que enfrentavam.

Considerações finais

A partir da análise do ativismo associativo e da imprensa na campanha abolicionista em Manaus em 1884, percebemos que houve um avanço no debate sobre a emancipação dos escravizados na província, que se desdobrou em decisões na Assembleia Legislativa do Amazonas a favor do fim do cativeiro.

Conferências, festivais, *meetings*, bazares, quermesses e diversas atividades públicas foram importantes para criar uma atmosfera política propícia para a decisão de acabar com a escravidão no território amazonense. A ideia das associações emancipacionistas, sejam elas de composição masculina, feminina ou mista, carregava os mesmos objetivos em seus programas: divulgar os ideais antiescravistas, criar fundos de emancipação para alforriar o maior número de escravizados possível e mobilizar a população em torno dessa causa. Nessa empreitada, os jornais que defendiam as ideias antiescravistas foram os maiores aliados dessas associações. Neles, eram divulgadas as diferentes atividades das associações abolicionistas, que davam grande visibilidade ao movimento social contra a escravidão no Amazonas.

Enquanto a imprensa foi a propagadora da campanha abolicionista em Manaus, diversos grupos sociais se engajaram nessa luta, dando dinamismo ao movimento através das manifestações populares que eram feitas para arrecadar fundos para libertar os escravizados que ainda existiam na província. Dentre os grupos participantes desse movimento, podemos destacar a atuação das mulheres da capital do Amazonas. Nesse período, elas criaram associações emancipacionistas, promoveram bazares e quermesses para financiar a campanha abolicionista e participaram de algumas comissões para convencer os proprietários a alforriar seus escravizados. Enfim, atuaram ativamente no movimento social contra a escravidão em

Manaus, ocupando os espaços públicos e interferindo nos debates sociais e políticos desse contexto histórico.

Referências bibliográficas

Fontes citadas

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA - Biblioteca Nacional.

Amazonas (1884). Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/amazonas/164992> . Acesso em: 09/09/2024.

_____. **Abolicionista do Amazonas** (1884). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Abolicionista-do-Amazonas/851027> Acesso em: 09/09/2024.

Almanach Administrativo, Histórico, Estatístico E Mercantil Da Província Do Amazonas para o ano de 1884. Manáos: Typographia do Amazonas, 1884. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/706078/per706078_1884_00001.pdf

Relatório Presidente de Província, 16 de Fevereiro de 1884. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/164#?c=0&m=79&s=0&cv=30&r=0&xywh=-1213%2C-42%2C4280%2C3019> Acesso em: 08/09/2024.

Bibliografia citada

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. Associativismo *avante la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 13, nº 28, set./dez. 2011.

CASTILHO, C.; COWLING, C. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, 2013. DOI: 10.9771/aa.v0i47.21281. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21281>. Acesso em: 15 jan. 2025.

COWLING, Camillia. “Como escrava e como mãe”: Mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: MACHADO, M. H. P. T.; CASTILHO, C. T. (orgs.) **Tornando-se livres**: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BENTO, Berenice. Gênero: uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v.16, n. 1, p. 15-50, 2022.

FERREIRA, Lusirene C. F. **Nas asas da imprensa**: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B.; & GOUVÊA, Maria de Fátima S.(orgs.). **Culturas**

políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2005, p. 21-44.

GOMES, Marili de Souza. **Abolicionismo e esfera pública no Brasil:** um estudo sobre a ocupação do espaço público no século XIX. (Dissertação de Mestrado do Departamento de Ciência Política da Fafich). Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACENA, Fabiana F. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais:** práticas políticas de escravizadas/os e mulheres livres (1850-1888). Salvador, BA: Sagga, 2024.

MENEZES, Bianca Sotero de. As mulheres e o movimento abolicionista no Amazonas provincial. IN: **VII Simpósio Nacional de História Cultural.** História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Bianca%20Sotero%20de%20Menezes.pdf>. Acesso em: 02/09/2024.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.44.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

NETO, José Maia Bezerra. Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravo, senhores e visões emancipadoras (1850-1888). In: MACHADO, M. H. P. T.; CASTILHO, C. T. (orgs.) In: **Tornando-se livres:** Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

NETO, Provino Prozza. Alforrias escravas na província do Amazonas. In: SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio:** presença negra na Amazônia. Belém: Açaí/CNPQ, 2011.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte:** letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.

PINSKI, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. In: **Estudos feministas.** Florianópolis.17(1):159-189, janeiro-abril, 2009.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura histórica em debate.** São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas.** 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SANTOS, Cláudia. **Disputas políticas pela abolição no Brasil:** nas senzalas, nos partidos, na imprensa e nas ruas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SANTOS, Jorge dos, [et al] (orgs.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950).** Catálogo de Jornais. 2ª ed. revisada. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. In: **Revista da ABPN.** v. 6, n. 14 (jul-out) 2014, p.50-62.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.